

REVISTA MARACANAN

Nota de Pesquisa

Os censores no Império luso-brasileiro (1808-1821): estudo prosopográfico

The censors in the luso-brazilian Empire (1808-1821): prosopography study

Maíra Moraes dos Santos Villares Vianna*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Recebido em: 07 set. 2020.

Aprovado em: 06 dez. 2020.



O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

* Doutoranda pelo mesmo programa com o projeto "A censura e o Império luso-brasileiro: uma análise comparativa a partir da atuação dos censores no Brasil e em Portugal durante o período joanino". Mestre em História Política pelo Programa de pós-graduação da UERJ. (maira.villares@hotmail.com)

 <https://orcid.org/0000-0002-3897-0972>

 <http://lattes.cnpq.br/6629886878322700>

Resumo

Neste trabalho será apresentado e analisado o grupo de censores presentes no Império luso-brasileiro entre os anos de 1808 a 1821. O objetivo é identificar quem eram os homens que realizavam a censura em ambos os locais e traçar um perfil do grupo. Assim, por meio da análise comparada e do estudo prosopográfico, os censores serão expostos privilegiando algumas categorias de análise como: ano de nascimento e morte, local de nascimento e morte, idade, títulos, ordens militares formação e cargos ocupados. Por meio de tais dados será apresentada a inserção de tais homens na elite daquela sociedade, assim como a espaços comuns de sociabilidade.

Palavras-chave: Censores. Prosopografia. Império luso-brasileiro.

Abstract

In this work, will be presented and analyzed the group of censors present in the luso-brazilian Empire between the years 1808 to 1821. The objective is to identify who were the men in charge out the censorship in both places and to create a profile of the group. Thus, through the comparative analysis and the prosopography study, the censors will be exposed privileging some categories of analysis such as: year of birth and death, place of birth and death, age, titles, military orders, occupation and positions held. Through such data, the insertion of such men in the elite of that society will be presented, as well as common spaces of sociability.

Keywords: Censors. Prosopography. Luso-brazilian Empire.

Introdução

O presente trabalho apresenta os resultados parciais da pesquisa de doutorado que se encontra em andamento. A proposta é realizar um estudo sobre a censura durante o período joanino por meio de uma história comparada¹ entre a censura no Brasil, a partir da Mesa do Desembargo do Paço, e a censura em Portugal, realizada pelo Ordinário, Inquisição e Mesa do Desembargo do Paço, entre 1808 e 1821. Nesse momento, o objetivo não é apresentar os procedimentos censórios,² mas se debruçar sobre os censores, devido a ausência de estudos sobre o grupo no período demarcado. A função realizada por tais homens era imprescindível para o funcionamento da censura. A estes homens cabia a análise das listas e obras que os solicitantes almejavam, ler, imprimir ou transportar no Brasil e em Portugal. Portanto, identificar quem eram os censores permite compreender como tais homens pensavam, identificavam as obras que deviam ser vetadas aos leitores e perceber os mecanismos de funcionamento da censura.

Na historiografia sobre a censura, alguns estudos se debruçaram sobre os censores, mas não possuíam como proposta a análise profunda sobre tais homens. O trabalho de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves³ foi pioneiro sobre a análise dos censores no Brasil, a autora identificou e apresentou 13 censores. Posteriormente, Leila Mezan Algranti⁴ ampliou o mapeamento sobre os censores ao identificar 17 homens no cargo. Estudos mais recentes se debruçaram sobre os censores no Brasil, sendo eles: o trabalho de Pablo Antonio Iglesias Magalhães⁵ sobre os censores na Bahia e a dissertação sobre os censores da Mesa do Desembargo do Paço realizado

¹ BLOCH, Marc. "Para uma História comparada das sociedades europeias". In: *História e Historiadores textos reunidos por Étienne Bloch*. Tradução Telma Costa. Editora Teorema, 1998, p. 119-150.

² Para saber mais sobre o funcionamento da censura no Império luso-brasileiro, ver: ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Antídotos contra obras - "Ímpias e Sediciosas": censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP: pp. 377-394, 2002. Idem. Comércio de Livros e Censura de ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a Vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78, 1993. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Cultura Letrada e cultura da oralidade no Brasil do fim do século XVIII e início do XIX. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: 561-577, 1999. VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-Brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015

³ NEVES, Lucia Maria Bastos P. Comércio de Livros e Censura de ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a Vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78, 1993.

⁴ ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004.

⁵ MAGALHÃES, Pablo Antonio Iglesias. Luzes e Sombras: A Censura de Livros na Capitania da Bahia (1811-1821). *Revista Complutense de História de América*, v. 43, 2017, p. 203-236. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/56732/51285>>. Acesso em: 20 set. 2020.

por Vianna.⁶ Ambos os estudos identificaram os censores presentes no período joanino, além de apresentarem um estudo mais profundo em relação aos anteriores. Em relação aos censores em Portugal, é possível destacar os trabalhos de Maria Teresa Esteves Payan Martins e Márcia Abreu,⁷ entretanto, as análises não estão centralizadas no período joanino. Assim, o presente trabalho tem como objetivo preencher as lacunas sobre os censores durante o período de 1808 a 1821.

Dentro dos estudos já realizados sobre a censura, almeja-se contribuir com uma análise prosopográfica dos censores que atuaram dentro do Império luso-brasileiro com o intuito de apresentar um grupo relativamente homogêneo em suas ideias, pautadas pelos princípios esclarecidos, mas sem o anseio de mudanças abruptas, além de compartilharem espaços de formação e sociabilidades comuns. E, também, como o cargo de censor era interpretado dentro da sociedade da época, visto que a concessão de um cargo configura uma mercê em que o monarca concedia ao súdito. Assim, busca-se entender se ser censor no período demarcado permitia ao indivíduo se inserir ou fortalecer redes sociais⁸ dentro da sociedade caracterizada por práticas do Antigo Regime, uma vez que era possível acumular mais de um cargo dentro do aparelho burocrático e administrativo do governo.

Dentro do que se objetiva realizar, até o momento foi possível se debruçar sobre os dados biográficos dos censores e a partir deles esboçar um estudo prosopográfico. Partindo do pressuposto que a prosopografia pode ser utilizada enquanto ferramenta de pesquisa para compreender a atuação dos indivíduos dentro dos grupos sociais, no caso em questão, a análise dos grupos dos censores. O trabalho utiliza como aporte teórico-metodológico os estudos desenvolvidos por François Xavier Guerra⁹ e Lawrence Stone.¹⁰ Entretanto, como já destaca Guerra, a problemática em torno da coletividade pode realçar a possibilidade de um mesmo ator estar envolvidos em diversas redes. Assim, buscou-se fazer um levantamento de dados biográficos com a finalidade de identificar se é possível estabelecer espaços comuns a tais homens além do aparelho censório.

⁶ VIANNA, Maíra Moraes dos Santos Villares. Censores em cena: atores dentro da Mesa do Desembargo do Paço na Corte Joanina. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

⁷ ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, ano VI, v. 6. n. 3, jul.- set. 2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_2_DOSSIE_Marcia_Abreu_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf. Acessado em 19 jun 2020; MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005, p. 60 e 61. Apud: FERRÃO, António. "A censura Literária durante o Governo Pombalino". *Boletim da Segunda Classe a Academia das Ciências. Lisboa*, v.17 (1923).

⁸ BERTRAND, Michel. "Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridade". *Nuevo Mundo Nuevos Mundos Colloques*. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acessado em: 23 mar. 2020

⁹ GUERRA, François Xavier. "El renacer de la historia politica: razones y propuestas", en: Andrés Gallego, José (dir.) *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una nueva historia*. Madrid Actas, 1993, p. 236.

¹⁰ STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, V. 19, nº39, p. 115-137, jun. 2011.

Foram esboçados três quadros com informações de viés biográfico sobre os censores, abrangendo tanto os censores que atuaram no Brasil¹¹ quanto os que realizaram tal função em Portugal,¹² considerando as principais informações sobre tais homens, com a finalidade de traçar um perfil do grupo, composto ao todos por **43 censores**.¹³ A divisão dos quadros foi realizada segundo grupos de análise, ou seja, no primeiro momento o objetivo é fazer um levantamento sobre o local de origem, morte e idade média dos censores. No segundo quando é explorado a formação do censor, assim como os cargos ocupados durante a vida. E por último, serão apresentados símbolos que ratificavam o lugar de elite que tais indivíduos estavam inseridos, por meio da análise de mercês concedidas como, Ordens honoríficas e títulos de nobiliarquia.

A seguir serão expostos os quadros formulados com os dados indicados e posteriormente serão apresentadas as análises realizadas em cima dos dados obtidos junto aos resultados parciais.

¹¹ **27 homens:** José Feliciano de Castilho, Antônio de Santa Úrsula Rodovalho, Inocência Antônio das Neves Portugal, Antônio de Nossa Senhora da Graça, Manoel Loreto Bastos, Manoel Luiz Alvares de Carvalho, Francisco de Borja Garção Stockler, Frei José Doutel, Mariano José Pereira da Fonseca, Frei Antônio D'Arrábida, Padre João Manzoni, Luís José de Carvalho e Mello, José da Silva Lisboa, Fr. Emigadio Rosário, Antônio D' Anunciação Avelino, Thomé da Madre de Deus Coutinho, Frei Francisco de São Paio, Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas, Frei Francisco de São Carlos, Antônio de Sousa Tavares de Azevedo Castelo Branco, Januário da Cunha Barbosa e João Francisco Braga, Antônio Vieira da Soledade, Francisco Corrêa Vidigal, José Caetano Ferreira de Aguiar, Frei José Policarpo de Santa Gertrudes e Frei José de São Boaventura Benevente. As referências para o estudo foram: ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Caixas 152 a 155; Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 268, p. 179-330, jul.-set. 1965.

¹² Foram identificados **16 censores** sendo eles: José Antônio de Miranda, Lucas Tavares, José Guilherme Cristiano Müller, Francisco Xavier de Oliveira, Marquês de Penalva, Luís Manoel de Oliveira Mascarenhas, Antônio Ribeiro dos Santos, Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque, José Antônio de Oliveira Leite de Barros, Frei Mathias da Conceição, Francisco Tavares, Manoel Joaquim Henrique de Paiva, Antônio Alvares, Frei Francisco da Conceição Vanzeller e Francisco de Sales, João Pedro Ribeiro. Referências: Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cultura. Negócios da Imprensa Régia 1810/1824. Negócios diversos da Imprensa Régia 1810/1824. Disponível em: <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=4245351>. Acessado em 14 de jul. 2020; ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, ano VI, v. 6. n. 3, jul.- set. 2009, p.1 a 23. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_2_DOSSIE_Marcia_Abreu_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf. Acessado em: 19 jun. 2020. *Idem*. No papel do leitor: a censura a romances nos séculos XVIII e XIX. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturals/marcia_abreu.html.

¹³ O número de censores não é definitivo, uma vez que a pesquisa está em andamento e foi possível obter informações de todos os censores até o momento.

Quadro 1 – Dados Biográficos dos censores¹⁴

	CENSORES	NASC.	LOCAL DE NASC.	MORTE	LOCAL DA MORTE
P O R T U G A L	José Antônio de Miranda			1852/53	
	João Guilherme Müller	1752	AL	1814	
	Francisco Xavier de Oliveira			1823	
	Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses (Marquês de Penalva)	1758	PT	1818	
	Antônio Ribeiro dos Santos	1745	PT	1818	PT
	Francisco Tavares		PT	1812	PT
	Manoel Joaquim Henrique de Paiva	1752	PT	1829	BR
	Francisco de Sales	1735	BR ou PT		
	Lucas Tavares			1824	
B R A S I L	Antônio de Nossa senhora da Graça		RJ		
	Antônio de Santa Úrsula Rodovalho	1762	SP	1817	
	Antônio Vieira da Soledade		PT	1833	
	Francisco Corrêa Vidigal	1766	RJ	1838	
	Francisco de São Paio (Frei)				
	Francisco de São Carlos (Frei)	1768	RJ	1829	
	Francisco de Borja Garção Stockler	1759	PT	1829	
	Antônio D'Arrábida (Frei)	1771	PT	1817	
	Januário da Cunha Barbosa	1780	RJ	1846	
	José Caetano Ferreira de Aguiar			1836	
	José da Silva Lisboa	1756	BA	1835	RJ
	José Feliciano de Castilhos	1770		1827	
	Luís José de Carvalho e Mello	1764	BA	1826	
	Manoel Luiz Alvares de Carvalho	1752	BA	1825	
	Mariano José Pereira da Fonseca	1773	RJ	1848	
Antônio Pereira de Sousa Caldas (Padre)	1762	RJ	1814		

Fonte: SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858; SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859; SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860; SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*.

¹⁴ Abreviaturas do quadro: AL – Alemanha, BR – Brasil, PT – Portugal. Abreviaturas do quadro: RJ – Rio de Janeiro, SP – São Paulo, BA – Bahia e PT – Portugal.

Tomo 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860; SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. ABREU, Márcia. Livros ao mar – Circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, p. 85-108, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>. Acessado em: 16 jun. 2020. ____ Um leitor muito peculiar: Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio. *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, v. 2, p. 35-48, 2008. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_2_Marcia_Abreu.pdf. Acessado em: 20 jun. 2020; Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) - Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm>. Acessado em 20 jul. 2020. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883; Dicionário Histórico de Portugal, disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/penalva3m.html>. Acessado em 20 jun. 2020.

Confrontando os dados presentes no quadro anterior é possível obter algumas conclusões¹⁵ sobre as características comuns aos censores que atuaram em Portugal e no Brasil.¹⁶

Analisando o ano de nascimento e morte dos censores é possível identificar a idade média dos censores que atuaram no Brasil, sendo definida em torno de 64 anos. Enquanto aos que atuaram em Portugal é de 66 anos. Pelo ano de nascimento obtidos nota-se que os censores que exerceram tal função em Portugal eram, em sua maioria, mais velhos do que os que exerceram tal cargo no Brasil. Em relação ao local de nascimento dos censores que atuaram no Brasil obteve-se dados referentes a 13 deles enquanto aos que estiveram em Portugal foi possível identificar apenas 6, havendo uma discordância em relação ao local de nascimento de um deles.¹⁷ Entre os 19 censores é possível constatar que 10 nasceram no Brasil, 7 nasceram em Portugal, 1 na Alemanha e outro indefinido. Até o momento, os censores possuem uma pequena predominância em relação ao local de nascimento, entretanto, é importante ressaltar que apesar de 52,63% dos censores terem sua origem no Brasil, o número de censores que atuaram no Brasil é superior em relação ao outro grupo, compondo 62,79% dos 43 censores identificados. Entre os homens que nasceram na América, nota-se que 6 nasceram no Rio de Janeiro, local que abrigou o aparelho administrativo¹⁸ da coroa e foi sede da capital do Império luso-brasileiro. Apesar do grande número de homens nascerem no Brasil, a matriz intelectual que predominou provinha da Universidade de Coimbra, como será analisado a seguir.

Quadro 2 – Formação profissional e cargos ocupados pelos censores¹⁹

¹⁵ Todas as conclusões apresentadas possuem como base os dados adquiridos até o momento.

¹⁶ Com a finalidade de torna menos repetitivo o texto, os censores que atuaram em Portugal poderão aparecer apenas com a indicação do (P) enquanto os censores que atuaram no Brasil a indicação (B).

¹⁷ Segundo as informações encontradas há uma divergência em relação ao local em que nasceu Sales, aparecendo em alguns momentos no Brasil e outros em Portugal. SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Tomo 3. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 56 a 57.

¹⁸ Para maiores informações sobre o aparelho administrativo durante o período joanino, ver: CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Os sentidos da administração: officas e ação política no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: PacoPEditorial, 2018.

¹⁹ As abreviaturas do quadro: UNIV – Universidade, ADV -Advogado, PROF – Professor, MIL – Militar, MÉD -Médico, OF. RÉG. – Ofícios Régios e C – Coimbra.

CENSORES		U N I V	A D V	P R O F	M I L	M É D	C L E R O	O F. R É G ²⁰
P O R T U G A L	José Antônio de Miranda	C	X					X
	Lucas Tavares			X			X	X
	João Guilherme Cristiano Müller						X	X
	Francisco Xavier de Oliveira			X				X
	Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses (Marquês de Penalva)				X		X	X
	João Pedro Ribeiro	C	X					X
	Antônio Ribeiro dos Santos	C	X	X				X
	Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque	C	X	X				X
	José Antônio de Oliveira Leite de Barros		X					X
	Matias da Conceição (Frei)						X	
	Francisco Tavares	C		X		X		
	Manoel Joaquim Henrique de Paiva	C		X		X		X
	Francisco da Conceição Vanzeller (Frei)						X	
Francisco de Sales							X	
B R A S I L	Antônio D' Anunciação Avelino						X	X
	Antônio de Nossa senhora da Graça						X	X
	Antônio de Santa Úrsula Rodovalho			X			X	X
	Antônio de Sousa Tavares de Azevedo Castelo Branco						X	X
	Antônio Vieira da Soledade						X	X
	Francisco Corrêa Vidigal	C					X	X
	Francisco de São Paio (Frei)						X	X
	Francisco de São Carlos (Frei)						X	X
	Francisco de Borja Garção Stockler	C		X	X			X
	Antônio D'Arrábida (Frei)						X	X
	Inocêncio Antônio das Neves Portugal (Frei)	C					X	X
	José Doutel (Frei)						X	X
	Emigádio do Rosário (Frei)						X	
	José Policarpo de Santa Gertrudes (Frei)						X	
	José de São Boaventura Benevente (Frei)						X	
	Januário da Cunha Barbosa			X			X	X
	João Francisco e Braga						X	
	José Caetano Ferreira de Aguiar						X	X
	José da Silva Lisboa	C	X					X
	José Feliciano de Castilhos	C				X		X
	Luís José de Carvalho e Mello	C	X					X
	Manoel Loreto Bastos						X	
	Manoel Luiz Alvares de Carvalho	C		X		X		X
	Mariano José Pereira da Fonseca	C	X					X
João Manzoni (Padre)						X		
Antônio Pereira de Sousa Caldas (Padre)	C	X				X	X	
Thomé da Madre de Deus Coutinho						X		

²⁰ Em tal categoria foram considerados todos os cargos régios obtidos pelos homens identificados. Assim, considerou-se também os aqueles ocupados após o ano de 1821.

Fontes: ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Tribunal do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens. Registro de decretos (decretos que baixam ao Tribunal), códice 18, 19, 20, 117; ANRJ. Registro Geral das Mercês. Códice 137, ANRJ. Ministério do Império. Graças Honoríficas: Registro de mercês em geral, nomeações, dispensas, permissões, condecorações, tenças, serventias de ofícios e sobre outros assuntos. Códice 15. SILVA, Innocência, Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859; Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. ABREU, Márcia. Livros ao mar – Circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, p. 85-108, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf>. Acessado em 16 jun. 2020. Um leitor muito peculiar: Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio. *Escritos (Fundação Casa de Rui Barbosa)*, v. 2, p. 35-48, 2008. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_2_Marcia_Abreu.pdf. Acessado em: 20 jun. 2020. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) - Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm>. Acessado em 20 jul. 2020. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883 Dicionário Histórico de Portugal. BORGES, Eduardo José Santos. *Viver sob as leis da nobreza: a casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII*. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23330/1/TESE%20EDUARDO%20BORGES.pdf>. Acessado em: 7 jul. 2020. SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24 nº48, 2004. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200013&script=sci_arttext. Acessado em: 23 de jun 2020. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. T. XXVII – Parte 1. Rio, BL, Gaineer Livreiro e Editor, 1877, p. 190; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883.

Sobre a formação dos censores percebe-se que a Universidade de Coimbra é uma unanimidade entre os 15 censores luso-brasileiros. Apesar do grande número de homens que nasceram no Brasil, o centro formador estava atrelado a Portugal. A saída do Brasil para Portugal era uma realidade para aqueles que desejavam se instruir já que era proibido que fossem instaladas universidades no Brasil. Cabe destacar que apenas João Guilherme Cristiano Muller realizou estudos de humanidades das línguas orientais e curso de teologia na Alemanha, lugar de sua origem.

A formação educacional era imprescindível para que tais homens pudessem se destacar enquanto letrados, possibilitando que desempenhassem outros cargos atribuídos pelo monarca. Dessa forma, é possível estabelecer ainda uma relação entre os demais cargos régios ocupados por tais homens, visto que ao manifestarem os seus conhecimentos no âmbito da censura possibilitava a aquisição de novos cargos e privilégios. Logo, o letramento pode ser considerado uma peça fundamental para que os censores conseguissem acumular cargos de distinção ao redor do monarca.²¹

Em relação a formação dos censores,²² nota-se algumas categorias profissionais comuns aos censores. Ao todo foram 9 advogados, sendo 4 (B) e 5 (P); 4 médicos, 2 (B) e 2 (P); 26 clérigos, 21 (B) e 5 (P); 10 professores, 4 (B) e 7 (P) e 2 militares, 1 (B) e 1 (P). Ademais nota-se uma diferença significativa em relação a superioridade no número de religiosos no Brasil. Tal

²¹ NEVES, Guilherme Pereira das. Letrados. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 343-344.

²² Conforme a nota 16, os homens que ocuparam o cargo de censor em Portugal foram identificados com o (P) e o censores que atuaram no Brasil com a letra (B)

questão é relevante ao considerar que os tribunais que atuaram no Brasil e em Portugal eram distintos. No Brasil a alçada da censura cabia a Mesa do Desembargo do Paço, entretanto a análise da documentação permite identificar 11 censores do Ordinário²³ e 1 teólogo censor.²⁴ Enquanto em Portugal²⁵ a censura foi realizada pela combinação entre três tribunais: Ordinário, Inquisição e Mesa do Desembargo do Paço, sendo os dois primeiros responsáveis pela censura religiosa.²⁶

Se em Portugal a Mesa do Desembargo do Paço compunha um local de sociabilidades entre os censores, a Real Academia de Lisboa também foi um local de troca apesar de apenas 8 censores serem sócios dessa instituição, sendo eles: Francisco de Borga Garção Stockler e José Feliciano de Castilhos, no Brasil. E em Portugal, Antônio Ribeiro dos Santos, Francisco Tavares, João Guilherme Cristiano Müller, Lucas Tavares, Manuel Joaquim Henrique de Paiva e João Pedro Ribeiro.

Sobre os cargos régios ocupados por tais homens, constatou-se que 31 censores desempenharam outras funções a serviço do rei, sendo 20 (B) e 11 (P). Dentro dessa amostragem identificou-se que 69,76% dos censores realizaram outras tarefas dentro do aparelho burocrático e administrativo. Sobre os censores que atuaram em Portugal, Antônio Ribeiro dos Santos foi Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação, bibliotecário-mor da Real Biblioteca Pública de Lisboa, comissário geral dos Estudos na repartição da corte e província da Extremadura, deputado da Junta de Revisão e censura do novo código, membro do Real conselho. Francisco Xavier de Oliveira e Francisco Sales foram professor régio de retórica e poética em Lisboa. Francisco Tavares atuou como primeiro médico da real câmara, físico-mor do reino e fez parte do conselho Real. João Guilherme Cristiano Müller foi diretor do estabelecimento da Impressão Régia, deputado da Mesa da comissão geral sobre o exame e

²³ Antônio de Sousa Tavares de Azevedo Castelo Branco, Antônio Vieira da Soledade, Frei Emigadio do Rosário, Frei Francisco de São Paio, Frei Francisco de São Carlos, Francisco Corrêa Vidigal, Frei Inocêncio Antônio das Neves Portugal, Frei José de São Boaventura Benevente, Frei José Policarpo de Sta. Gertrudes, João Francisco e Braga e José Caetano Ferreira de Aguiar. Ver: Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 268, p. 179-330, jul.-set. 1965, disponível: <https://archive.org/details/almanhis1816rio>. Acessado em: 1 jul. 2020.

²⁴ O censor Thomé da Madre de Deus Coutinho assina um parecer se intitulando teólogo censor. Ver: ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Mesa do Desembargo do Paço. Licenças. Caixa 170, pct. 01, doc. 07.

²⁵ A censura em Portugal era realizada por meio da ação de três tribunais independentes entre si: Mesa do Desembargo do Paço (censura Real), Santo Ofício da Inquisição (censura Papal) e Ordinário da Diocese (censura Episcopal). Apesar de cada um dos tribunais possuir uma função específica, todos os três tinham como finalidade censurar os conteúdos prejudiciais à tranquilidade da Nação. A Mesa do Desembargo do Paço tinha como função realizar a censura das doutrinas que questionavam e criticavam os costumes públicos, ou seja, as leis e as questões políticas em torno da coroa. Para a realização da censura, o Index criado pela Real Mesa Censória, durante o período Pombalino, foi utilizado como base na Lei da Censura de 1795, no período de d. Maria I. Assim, as regras indicavam quais livros e autores deveriam censurados. Os tribunais da Inquisição e do Ordinário ficaram encarregados da censura religiosa, mas cada um com uma tarefa específica. O Ordinário fiscalizava os assuntos referentes à moral e disciplinas eclesiásticas, enquanto o Santo Ofício fiscalizou os erros contra os autores ou secretários. Para mais informações sobre a censura em Portugal, ver: MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no Século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963; RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal. Instituto de cultura e língua portuguesa*, Ministério da Educação e Ciência. Lisboa: Bertrand, 1980.

²⁶ Até o momento, todos os censores que atuaram em Portugal foram nomeados como censores régios.

censura de livros e censor régio do Desembargo do Paço. José Antônio de Miranda foi presidente da relação de Lisboa. Lucas Tavares foi professor régio de retórica e poética no antigo estabelecimento do bairro de Belém. Manoel Joaquim Henrique de Paiva foi médico da Real câmara, censor régio da Mesa do Desembargo do Paço e João Pedro Ribeiro ocupou alguns cargos como membro do conselho da fazenda, lente da cadeira diplomática e Desembargador honorário da casa da suplicação.

Em relação aos os censores que atuaram no Brasil sabe-se que Antônio de Santa Úrsula Rodvalho além de censor, foi ministro provincial do convento da Corte em 1808, mas renunciou ao cargo em 1811, examinador da Mesa da Consciência e Ordens e pregador Régio da Capela Real; Antônio Vieira da Soledade ocupou o cargo de cônego da Capela Real, pregador régio; Frei Francisco de São Paio foi examinador da Mesa da Consciência e Ordens e pregador Régio; Frei Francisco de São Carlos foi, assim como São Paio, examinador da Mesa da Consciência e Ordens e pregador Régio; o militar Francisco de Borja Garção Stockler foi Marechal de Campo reformado dos exércitos Reais, tenente general e governador e capitão general das Ilhas de Açores e recebeu ainda o título de membro do conselho; Januário da Cunha Barbosa foi cônego da capela Real, bibliotecário da Biblioteca Pública da Corte, lente de filosofia racional e moral da corte; José da Silva Lisboa foi deputado da junta do comércio Agricultura Fábricas e Navegação do Estado do Brasil, Desembargador da Relação da Bahia, membro do conselho, Desembargador do Paço, Desembargador da Casa de Suplicação do Rio de Janeiro, Chanceler da Relação da Bahia, inspetor geral dos estabelecimentos literários e científicos do reino; José Feliciano de Castilhos desempenhou funções como a de médico da Real Câmara e mordomo mor; Luís José de Carvalho e Mello foi juiz e ouvidor da alfândega da corte, deputado da real junta do comércio, agricultura, fábrica e navegação do Estado do Brasil e domínios ultramarinos, Ministro dos negócios estrangeiros, corregedor do crime da corte e casa, Desembargador do Agravos da Casa da Suplicação, juiz dos órfãos da vila de Resende; Manoel Luiz Alvares de Carvalho foi médico da Real Câmara, membro do Real conselho, diretor geral dos estudos médicos e cirúrgicos da corte e do reino do Brasil, lente substituto das cadeiras de cirurgia da Academia do Rio de Janeiro; Mariano José Pereira da Fonseca atuou como deputado da comissão junta da cidade, deputado da junta de comércio, agricultura, fábricas e navegação do Estado do Brasil e domínios ultramarinos.

Entre os cargos ocupados pelos censores identificaram-se funções comuns ao grupo como: o cargo de desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação, médicos da câmara, bibliotecários da biblioteca pública, sendo Antônio Ribeiro dos Santos, em Lisboa, e Januário da Cunha Barbosa, no Rio de Janeiro.

Quadro 3 - Emblemas e símbolos de distinção social

CENSORES		ORDENS HONORÍFICAS	SÍMBOLOS DE DISTINÇÃO ²⁷
P O R T U G A L	Fernando Teles da Silva Caminha e Meneses (Marquês de Penalva)	X	X
	Antônio Ribeiro dos Santos	X	X
	Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque		X
	José Antônio de Oliveira Leite de Barros		X
	Francisco Tavares	X	X
	Manoel Joaquim Henrique de Paiva	X	X
	José Antônio de Miranda		X
B R A S I L	Francisco Corrêa Vidigal	X	
	Francisco de Borja Garção Stockler	X	
	José da Silva Lisboa	X	X
	Luís José de Carvalho e Mello	X	X
	Manoel Luiz Alvares de Carvalho	X	
	Mariano José Pereira da Fonseca	X	X
	Padre Antônio Pereira de Sousa Caldas	X	

Fontes: ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Tribunal do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens. Registro de decretos (decretos que baixam ao Tribunal), códice 18, 19, 20, 117; ANRJ. Registro Geral das Mercês. Códice 137, ANRJ. Ministério do Império. Graças Honoríficas: Registro de mercês em geral, nomeações, dispensas, permissões, condecorações, tenças, serventias de ofícios e sobre outros assuntos. Códice 15. SILVA, Innocência, Francisco da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859; VELHO SOBRINHO, J.F. *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro*. Vol. 01. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1937; BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883. Dicionário Histórico de Portugal, Borges, Eduardo José Santos. *Viver sob as leis da nobreza: a casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII*. Salvador, 2015. RHEINGANTZ, Carlos G. Titulares do Império. Rio. Pub. Arquivo Nacional, 1860, p.57.

A análise do quadro 3 permite identificar símbolos que geravam distinção entre os indivíduos, como a obtenção de ordens honoríficas, títulos nobiliárquicos e a nomeação de membros do conselho. Tais concessões garantiam aos indivíduos distinção e status perante os demais. Assim, mais do que atuação em cargos administrativos e burocráticos, alguns dos censores foram agraciados com posições e emblemas que conferiram um lugar no topo da hierarquia social da época. Segundo o estudo de Maria Beatriz Nizza da Silva, com a chegada da corte ao Brasil, a prática das mercês foi ratificada como meio de remunerar os vassallos pelos serviços prestados. Assim, é possível identificar a concessão de cargos na administração como um dos mecanismos de distinção dos indivíduos, além da concessão de ordens honoríficos.²⁸

Alguns censores foram agraciados com a titulação de membros do Real Conselho, 2 no Brasil e 3 em Portugal. Destaca-se aqui a relevância de tal titulação diante daquela sociedade, uma vez que ratifica a inserção de tais homens em locais de prestígio e poder, como é possível

²⁷ Em tal categoria foram considerados todos os títulos obtidos pelos homens identificados. Assim, considerou-se também os que foram adquiridos durante o governo de d. Pedro I no Brasil.

²⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

observar nos estudos desenvolvidos por Nizza da Silva, a concessão dos títulos do conselho estava associada ao reconhecimento do monarca, uma vez que não era permitido que os demais homens requisitassem tal título.²⁹

A concessão de “símbolos de distinção”, por meio de títulos nobiliárquicos, também se ampliou aos censores, sendo agraciados: Francisco de Borja Garção Stockler, Francisco Pires de Carvalho e Albuquerque e Manoel Joaquim Henrique de Paiva que obtiveram o foro de fidalgo cavaleiro, constituindo um grau importante dentro da hierarquia nobiliárquica.³⁰ José Antônio de Miranda foi agraciado com o título de fidalgo da Casa Real. Entre os censores que atuaram em Portugal, Fernando Teles da Silva Caminha Meneses já detinha o título de Marquês de Penalva quando foi nomeado censor. Tal situação diverge dos censores presentes no Brasil, Francisco Corrêa Vidigal só foi agraciado com o título de mosenhor em 1823, assim como, Antônio Vieira da Soledade foi titulado mosenhor da Capela Imperial. Da mesma forma, Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonseca e Luís José de Carvalho e Mello só obtiveram os títulos de maior distinção social durante o governo Imperial. Lisboa recebeu o título de Barão de Cairú (1825) e Visconde de Cairú (1826), Luís José de Carvalho e Mello foi nomeado Visconde de Cachoeira (1825) e Mariano José Pereira da Fonseca obteve o título de Visconde de Maricá (1825) e de Marquês de Maricá (1826). Em Portugal, José Antônio de Oliveira Leite de Barros se torna Conde de Basto apenas em 1829.

Por último, foram identificados os títulos referentes às ordens militares pelos quais tais homens foram agraciados. Compreende-se que a concessão de benesses estava inserida nas práticas do Antigo Regime, como demonstra os estudos desenvolvidos Fernanda Olival partindo do conceito de economia de mercês. Dessa forma, a relação estabelecida entre o monarca e seus súditos perpassava pelo reconhecimento dos serviços prestados pelo monarca que recompensava por meio de mercês, as quais podiam ser, também, as Ordens militares. Entre os censores, 11 foram agraciados com ordens militares, sendo 7 brasileiros e 4 de Portugal. Houve indivíduos que receberam mais de uma titulação. Em relação à Ordem de Cristo, 3 receberam a ordem da comenda, 4 foram agraciados com o título de cavaleiro, 2 obtiveram o hábito, 1 de Comendador e, 1 foi nomeado conselheiro da Ordem. Entre as titulações referentes à Ordem da Nossa Senhora da Conceição, 2 foram agraciados com distinção de comendador. E um deles recebeu as Becas da Ordem de São Tiago.

²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas”. In: *Ler História*, Lisboa, 54: 51-73, 2008, p. 60. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2368>> Acessado em 10 de agosto de 2020.

³⁰ OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégio da Nobreza, e fidalguia de Portugal, oferecidos ao Excelentíssimo senhor Marques de Abrantes D. Pedro de Lencastre e Silveira Castello-Branco Vaconcellos Valente Barreto de Menezes As’ e Almeida*. Lisboa, Nova Officina de João Rodrigues Neves: 1808. p. 228-231. Disponível em: <<https://archive.org/details/privilegiosdanob00olivuoft/page/n7>>. Acessado em: 12 jun. 2020.

Considerações finais:

O presente trabalho buscou por meio dos dados levantados nos quadros e da análise realizada, apresentar o grupo de censores responsáveis pela prática censória durante os anos de 1808 a 1821, no Brasil e em Portugal. Por meio dos dados apresentados foi possível identificar características comuns ao grupo. A formação enquanto letrados era um requisito imprescindível para que os censores pudessem prestar seus pareceres. Tais homens eram leitores assíduos e, portanto, era preciso um conhecimento vasto sobre literatura. Além do cargo de censor, muitos ocuparam postos variados dentro do aparelho burocrático e administrativo, acumulando funções junto ao cargo de censor. É possível indagar se havia uma relação entre o cargo de censor e os demais postos ocupados, mas isso será objeto de análises futuras. Ademais, uma parcela pequena do grupo adquiriu símbolos de distinção, o que demonstra que, apesar dos censores usufruírem de privilégios, ainda assim, o topo da nobreza era alcançado por poucos.

Referências

Fontes

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1816. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 268, p. 179-330, jul.-set. 1965. Disponível em: <<https://archive.org/details/almanhis1816rio>>. Acessado em: 1 jul. 2020.

ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Mesa do Desembargo do Paço. Licenças. Caixa 170, pct. 01.

ANRJ. Mesa do Desembargo do Paço. Tribunal do Desembargo do Paço e Mesa da Consciência e Ordens. Registro de decretos (decretos que baixam ao Tribunal), código 18, 19, 20, 117.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Registro Geral das Mercês. Código 137, vol. 01.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Ministério do Império. Graças Honoríficas: Registro de mercês em geral, nomeações, dispensas, permissões, condecorações, tenças, serventias de ofícios e sobre outros assuntos. Código 15, vol. 03, 08, 09, 10.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Mesa do Desembargo do Paço. Caixa 153.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cultura. Negócios da Imprensa Régia 1810/1824. Negócios diversos da Imprensa Régia 1810/1824. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4245351>. Acessado em: 14 de jul. 2020.

Obras de Referência

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.01, 1883

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol.03, 1895.

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira. *Privilégio da Nobreza, e fidalguia de Portugal, oferecidos ao Excelentíssimo senhor Marques de Abrantes D. Pedro de Lencastre e Silveira Castello-Branco Vaconcellos Valente Barreto de Menezes As' e Almeida*. Lisboa, Nova Officina de João Rodrigues Neves: 1808. Disponível em: <https://archive.org/details/privilegiosdanob00olivuoft>. Acessado em: 12 jun. 2020.

RHEINGANTZ, Carlos G. *Titulares do Império*. Rio de Janeiro, Pub. Arquivo Nacional, 1860.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 1. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 2. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 3. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 4. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SILVA, Innocencio, Francisco da. *Diccionario bibliográfico portuguez*. Tomo 6. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862.

Bibliografia

ABREU, Márcia. Livros ao mar – Circulação de obras de Belas Letras entre Lisboa e Rio de Janeiro ao tempo da transferência da corte para o Brasil. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 12, p. 85-108, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tem/v12n24/a05v1224.pdf> . Acessado em 16 jun. 2020.

ABREU, Márcia. *Um leitor muito peculiar: Um leitor muito peculiar: José Antonio de Miranda, censor régio. Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 2, p. 35-48, 2008. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/revistas/Escritos_2/FCRB_Escritos_2_2_Marcia_Abreu.pdf. Acessado em: 20 jun. 2020.

ABREU, Márcia. *No papel do leitor: a censura a romances nos séculos XVIII e XIX*. Disponível em: https://www.ufrgs.br/gthistoriaculturalrs/marcia_abreu.html. Acessado em: 15 mar. 2020

ABREU, Márcia. A liberdade e o erro: a ação da censura luso-brasileira (1769-1834). *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*, ano VI, v. 6. n. 3, jul.- set. 2009. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF20/ARTIGO_2_DOSSIE_Marcia_Abreu_FENIX_JUL_AGO_SET_2009.pdf. Acessado em 19 jun. 2020.

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de Devoção, Atos de Censura: Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 2004.

BERTRAND, Michel. "Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridade". *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Colloques*. 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acessado em 23 de mar. 2020.

BLOCH, Marc. "Para uma História comparada das sociedades europeias". In: *História e Historiadores textos reunidos por Étienne Bloch*. Tradução Telma Costa. Editora Teorema, 1998, p. 119-150.

BORGES, Eduardo José Santos. *Viver sob as leis da nobreza: a casa dos Pires de Carvalho e Albuquerque e as estratégias de ascensão social na Bahia do século XVIII*. Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/23330/1/TESE%20EDUARDO%20BORGES.pdf>. Acessado em: 7 jul. 2020.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Os sentidos da administração: officas e ação política no Rio de Janeiro (1808-1821)*. São Paulo: PacoPEditorial, 2018.

GUERRA, François Xavier. "El renacer de la historia politica: razones y propuestas", en: Andrés Gallego, José (dir.) *New History, Nouvelle Histoire: Hacia una nueva historia*. Madrid Actas, 1993.

MAGALHÃES, Pablo Antônio Iglesias. Luzes e Sombras: A Censura de Livros na Capitania da Bahia (1811-1821). *Revista Complutense de História de América*, v. 43, 2017, p. 203-236. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/view/56732/51285>>. Acesso em: 20 set. 2020.

MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A Real Mesa Censória e a Cultura Nacional: Aspectos da Geografia Cultural Portuguesa no Século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura Literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia e Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005, p. 60 e 61. Apud: FERRÃO, António. "A censura Literária durante o Governo Pombalino". *Boletim da Segunda Classe a Academia das Ciências*. Lisboa, v.17 (1923)

NEVES, Guilherme Pereira das. Letrados. In VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 343-344.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. Antídotos contra obras - "Ímpias e Sediciosas": censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824. In ABREU, Marcia (org.). *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP: pp. 377-394, 2002.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. *Comércio de Livros e Censura de ideias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a Vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)*. *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78, 1993.

OLIVAL, Fernanda. "La economía de la merced en la cultura política del Portugal moderno". In: Francisco José Aranda Pérez e José Damião Rodrigues (eds.). *De Re Publica Hispaniae: una vindicación de la cultura política en los Reinos Ibéricos en la primera Modernidad*. Madrid, Sílex, 2008, p. 389-407.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Instituto de cultura e língua portuguesa, Ministério da Educação e Ciência. Lisboa: Bertrand, 1980.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Mediações entre a fidalguia portuguesa e o Marquês de Pombal: o exemplo da Casa de Lavradio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.24 nº48, 2004. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882004000200013&script=sci_arttext. Acessado em: 23 de jun 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. "A Corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas". In: *Ler História*, Lisboa, 54: 51-73, 2008, p. 60. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lerhistoria/2368>> . Acessado em 10 de agosto de 2020.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser Nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, V. 19 nº39, p. 115-137, jun. 2011.

VIANNA, Máira Moraes dos Santos Villares. *Censores em cena: atores dentro da Mesa do Desembargo do Paço na Corte Joanina*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Usos do livro no mundo Luso-Brasileiro sob as luzes: reformas, censura e contestações*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

Sites

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) - Casa de Oswaldo Cruz/ Fiocruz. Disponível em: <http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/paimanjohe.htm>. Acessado em: 20 jul. 2020.

Dicionário Histórico de Portugal. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/dicionario/penalva3m.html>. Acessado em: 20 jun. 2020.

Site do IHGB, disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/januariodacarbosa.html>. Acessado em: 10 mar. 2020.